

Em 10/08/04
CAS e CCJ

Em 10.08.04
Assessoria do Planário



MENSAGEM
Nº 246/2004

Brasília 28 de Julho de 2004.

Senhor Presidente,

REGIME DE
URGENCIA

Submetemos à elevada apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, Projeto de Lei que altera a composição do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal CDCA-DF atualmente regido pela lei nº 3.033 de 18 de julho de 2002.

O anexo Projeto de Lei propõe alterações na redação dos artigos 3º e 4º da Lei nº 3.033/2002, de modo a propiciar que a sociedade civil esteja representada no CDCA-DF nas várias áreas de atuação, quais sejam-atendimento direto, estudo, pesquisa defesa de direitos e ainda, as entidades de classe.

É de extrema importância que os vários temas abordados no CDCA-DF e portanto as decisões daquele Conselho não fiquem restritos apenas alguns segmentos, considerando que experiências, análises e diferentes visões sobre a área da infância e da adolescência no Distrito Federal, muito contribuirão para o aprofundamento das discussões e para deliberações mais adequadas..

Por derradeiro, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, solicito seja o presente projeto de lei apreciado em regime de urgência.

Renovamos a Vossa Excelência protestos de mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

Excelentíssimo Senhor
Dep. BENICIO TAVARES
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
N E S T A

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL No 1447, 04
Fis. N.º 01 CAS

Dispõe sobre a alteração da Lei nº
3.033/2002 de 18 de julho de 2002.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º - O artigo 3º da Lei nº 3.033/2002 de 18 de julho de 2002 para a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 3º - O CDCA-DF é integrado por representantes do Poder Executivo e por organizações representativas da Sociedade com atuação na área da infância e da adolescência no Distrito Federal”.

Art. 2º - O artigo 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O CDCA-DF será composto por 20 (vinte) membros titulares e seus respectivos suplentes assim especificados:

I - -----

II - 10 (dez) representantes de organizações representativas da sociedade civil, legalmente constituídas, distribuídas da seguinte forma:

a) 06(seis) representantes com atuação na área de atendimento direto à infância e adolescência no Distrito Federal há mais de 01 (um) ano e com registro no CDCA-DF;

b) 02 (dois) representantes de entidades de classe que atuam na área da criança e do adolescente no Distrito Federal;

c) 02 (dois) representantes de entidades de estudo, pesquisa e defesa de direitos que atuam no Distrito Federal, há mais de 01 (um) ano.

§ 1º -----

2º -----”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.



PL	1447	021
	02	045

Lei nº 3033, de 18 de julho de 2002

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

*Dispõe sobre o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA-DF.***O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal passa a ser regido pela presente Lei.

Art. 2º O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA-DF, órgão deliberativo e controlador das ações da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, fica vinculado à Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal, que proporcionará os meios necessários ao seu funcionamento.

Art. 3º O CDCA-DF é integrado por representantes do Poder Executivo e por organizações representativas da sociedade com atuação direta na área da infância e da adolescência no Distrito Federal.

Art. 4º O CDCA-DF será composto por vinte membros titulares e seus respectivos suplentes, assim especificados:

I - 10 (dez) representantes do Poder Executivo, indicados pelos titulares dos seguintes órgãos:

- a) Secretaria de Estado de Ação Social;
- b) Secretaria de Estado de Cultura;
- c) Secretaria de Estado de Educação;
- d) Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;
- e) Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento;
- f) Secretaria de Estado de Governo;
- g) Secretaria de Estado de Saúde;
- h) Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- i) Secretaria de Estado de Trabalho e Direitos Humanos;
- j) Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal.

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PL No	1447 / 04
Fis. N.º	03 043

II - 10 (dez) representantes de organizações representativas da sociedade civil, legalmente constituídas e devidamente registradas no CDCA-DF, com atuação na área de atendimento direto à infância e à adolescência no Distrito Federal há mais de um ano;

1º As entidades governamentais deverão proceder as inscrições dos programas que desenvolver no CDCA-DF.

2º As entidades não-governamentais, conforme estabelecido no art. 19 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, deverão ser registradas e ter seus programas inscritos no CDCA-DF.

Art. 5º A escolha das organizações representativas da sociedade que farão parte do CDCA-DF será feita mediante eleição realizada em assembléia especialmente convocada para este fim, pelo voto da maioria simples dos delegados presentes e sob fiscalização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

1º A Assembléia para a eleição referida no caput será convocada pelo CDCA-DF sessenta dias antes do final do período de assento das organizações, por meio do edital publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

2º O CDCA-DF indicará uma Comissão, escolhida entre os seus membros, para coordenar o processo de eleição até a instalação da Assembléia.

3º Instalada a Assembléia, esta será soberana em suas deliberações.

<http://www.cl.df.gov.br/legislacao/legismentos/leisordinarias/2002/ldf-2002-03033.html> 29/6/2004

Art. 6º As organizações representativas da sociedade com assento no CDCA-DF terão mandato de dois anos, permitida a reeleição.

Art. 7º Os conselheiros e seus suplentes, representantes do Poder Executivo, e os indicados pelas organizações representativas eleitas para o CDCA-DF serão designados pelo Governador do Distrito Federal.

Art. 8º A atuação do conselheiro requer compromisso com a missão institucional do CDCA-DF e em relação a seu órgão ou sua organização, devendo atender aos seguintes requisitos:

- I - efetivo exercício de suas funções no seu órgão ou sua organização;
- II - formação acadêmica ou comprovada atuação na área da criança e do adolescente;
- III - pertencer, preferencialmente, à diretoria ou ocupar cargos diretivos na organização representativa.

Parágrafo único. O exercício da função de conselheiro é considerado de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 9º O conselheiro, por deliberação do Plenário do CDCA-DF, será substituído quando:

- I - faltar a três reuniões consecutivas ou seis alternadas, sem o comparecimento do seu suplente, salvo apresentação de justificativa por escrito antes da reunião;
- II - apresentar conduta incompatível com a natureza das suas funções;
- III - sofrer condenação criminal com sentença transitada em julgado;
- IV - deixar de exercer, em caráter efetivo, suas funções nos órgãos ou organizações que representa.

§ 1º O procedimento para a substituição prevista no caput será definido no Registro Interno do CDCA-DF.

§ 2º O conselheiro substituído não poderá ser reconduzido pelo Poder Público ou pela organização que representa devendo sua substituição ocorrer, no prazo máximo de quinze dias.

Art. 10. Perderá assento no CDCA-DF, por deliberação de seu Plenário, a organização representativa da sociedade que:

- I - for dissolvida na forma da lei;
- II - atuar de forma incompatível com suas finalidades institucionais ou com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- III - alterar sua finalidade estatutária pela qual foi eleita para compor o Conselho;
- IV - suspender seu funcionamento por período igual ou superior a um ano.

Parágrafo único. Em caso de vacância, assumirá a organização mais votada no último pleito, respeitada a especificação prevista no art. 4º, inciso II.

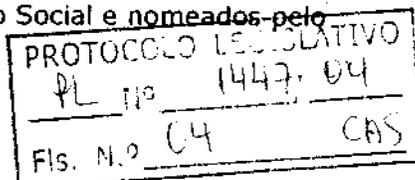
Art. 11. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente formará lista tríplice dentre os seus membros titulares, para a escolha de seu Presidente e Vice-presidente, que serão designados pelo Governador do Distrito Federal para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art. 12. O CDCA-DF terá a seguinte estrutura funcional:

- I - plenário;
- II - presidência;
- III - secretaria executiva.

Parágrafo único. Os integrantes da Secretaria Executiva de que trata a Lei nº 862, de 26 de maio de 1994, serão indicados pelo Secretário de Estado de Ação Social e nomeados pelo Governador.

Art. 13. São atribuições do CDCA-DF:



<http://www.cl.df.gov.br/legislacao/legismentas/leisordinarias/2002/ldf-2002-03033.html> 29/6/2004

- I - formular a política de proteção dos direitos da criança e do adolescente e definir suas prioridades;
- II - controlar e acompanhar as ações governamentais e não-governamentais na execução da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;
- III - gerir o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, de que trata o art. 9º da Lei nº 234, de 15 de janeiro de 1992, modificada pela Lei nº 518, de 30 de julho de 1993, definindo a política de captação, administração e aplicação dos seus recursos financeiros;
- IV - assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária, no que se refere à destinação de recursos públicos para as áreas relacionadas com a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;
- V - inscrever e registrar, na forma das normas a serem fixadas, as organizações não-governamentais com atuação na área da infância e da adolescência no Distrito Federal, observando o disposto no art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- VI - registrar, na forma das normas a serem fixadas, as organizações não-governamentais com atuação na área da infância e da adolescência no Distrito Federal, observando o disposto no art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- VII - propor e acompanhar, sempre que necessário, o reordenamento institucional, indicando modificações nas estruturas públicas e privadas ao atendimento da criança e do adolescente;
- VIII - promover, apoiar e incentivar a realização de estudos, pesquisas e eventos sobre a política e as ações de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- IX - avaliar a política e as ações de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do Distrito Federal;
- X - regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha de membros dos Conselhos Tutelares;
- XI - apoiar os Conselhos Tutelares e os órgãos governamentais e não-governamentais para tornar efetivos os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na Lei Federal nº 8.069, 13 de julho de 1990;
- XII - convocar, ordinariamente, a cada dois anos, a Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente para avaliar a política e as ações de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Distrito Federal e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento;
- XIII - realizar e incentivar a realização de campanhas promocionais e de conscientização dos direitos da criança e do adolescente;
- XIV - cumprir o seu regimento interno.

Art. 14. O CDCA-DF elaborará e aprovará o seu regimento interno.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se o artigo 11 aos membros titulares eleitos pela última assembléia para escolha de representantes de organizações representativas da sociedade civil, respeitando-se o processo eletivo em curso.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.171, de 25 de dezembro 1998

Publicado no DODF DE 09.08.2002

